

Artigos

A existência de Deus na filosofia de René Descartes: as provas e as implicações metafísicas e epistemológicas

The existence of God in René Descartes' philosophy: proofs and metaphysical and epistemological implications

Greice Sansão Araldi ¹

¹ Especialista em Filosofia, Ética e Cidadania (Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo). Especialista em Ciências da Religião (UniBF). Bacharel em Filosofia (Faculdade São Luiz). Licenciada em Filosofia (Centro Universitário ETEP). Docente da Prefeitura Municipal de Brusque, Santa Catarina.

✉ greicearaldi@gmail.com

Palavras-chave:

Provas;
Existência;
Deus;
Filosofia;
René Descartes.

Resumo

O artigo apresenta as provas da existência de Deus na filosofia de René Descartes. As provas são dispostas em três momentos. Primeiro, a prova da existência de Deus *a posteriori* pensada através da contingência do espírito. Segundo a prova da existência de Deus *a posteriori* pensada através da causalidade da ideia de Deus na mente humana. Por fim, o argumento ontológico cartesiano, isto é, a terceira prova da existência de Deus *a priori*, pensada a partir da essência do Ser Perfeito. Os objetivos traçados neste artigo foram: apresentar as provas da existência de Deus na filosofia de René Descartes e identificar as implicações metafísicas e epistemológicas. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico exploratório. Os resultados alcançados elucidaram como Descartes formula as provas da existência de Deus e apresenta um novo argumento ontológico na história da filosofia.

Abstract

The article presents the proofs for the existence of God in René Descartes' philosophy. The proofs are presented in three parts. First, the proof of the existence of God *a posteriori* thought through the contingency of the spirit. Secondly, the proof of the existence of God *a posteriori* thought through the causality of the idea of God in the human mind. Finally, the Cartesian ontological argument, that is, the third proof of the existence of God *a priori*, thought of from the essence of the Perfect Being. The aims of this article were to present the proofs of God's existence in René Descartes' philosophy and to identify the metaphysical and epis-thematic implications. The methodology used was exploratory bibliographical. The results elucidated how Descartes formulates the proofs of God's existence and presents a new ontological argument in the history of philosophy.

Keywords:

Proofs;
Existence;
God;
Philosophy;
René Descartes.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo apresentar as provas da existência de Deus na filosofia de René Descartes (1596-1650) e identificar as implicações metafísicas e epistemológicas dos argumentos. Para tanto, durante o estudo da bibliografia e a produção do texto, constatou-se a profundidade e a importância desta temática na filosofia cartesiana, tornando difícil ignorar e abordar com superficialidade a riqueza que este tema propiciou e propicia para as ciências da religião e filosofia.

As causas da investigação cartesiana implicam uma defesa argumentada, isto é, as provas demonstradas de problemas fundamentais da filosofia. Descartes coloca Deus como problema e através de uma subida qualitativa, seu projeto gradualmente torna-se capaz de demonstrar a existência de Deus, mediante diversos modos. O exercício filosófico de Descartes edifica um novo argumento ontológico. Por meio do acolhimento de diversas demonstrações, o cartesianismo produz seus efeitos na história do pensamento e a filosofia torna-se um caminho para alcançar a verdade.

Embora Descartes tenha edificado uma nova metafísica, diferente da tradição filosófica, não há uma ruptura com a religião dominante, e nisto, a obra *Meditações sobre Filosofia Primeira* (2004), assimila diversos aspectos religiosos pertinentes e pertencentes ao período do filósofo. Disso se segue o valor apologético da obra, uma defesa argumentada de ideias fundamentais para a religião cristã.

Por isso, a pesquisa assimila os questionamentos cartesianos em relação à Deus, pois a questão de Deus necessita ser demonstrada por obra da filosofia. Descartes, preocupa-se com essa questão, assim, o problema orbita e ocupa o exercício filosófico cartesiano, que permanece e sempre permanecerá como centro e eixo de articulação de vários temas precedentes. Deste modo, o percurso realizado por Descartes, apresenta as provas da existência de Deus, *a posteriori* e *a priori*.

O conteúdo apresentado ampara-se no referencial de estudiosos como Martial Gueroult (2016), Emanuela Scribano (2007), Ferdinand Alquié (1980) e Raul Landim Filho (2000). Acorre-se, também, a diversas pesquisas de mestrado e doutorado de estudiosos brasileiros na área de filosofia moderna.

2 AS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS NA FILOSOFIA DE RENÉ DESCARTES

2.1 Provas da existência de Deus *a posteriori*

Na *Terceira Meditação* intitulada *Sobre Deus: que Ele existe*, o filósofo René Descartes busca compreender a existência de Deus, *a posteriori*, isto é, parte dos efeitos para buscar a causa. Com a descoberta da primeira certeza, o filósofo entende que o *cogito* deve estar fundamentado na existência de algo para que possa garantir não somente a sua existência, mas de todas as coisas criadas, e esse algo é Deus. Doravante, a existência de Deus não pode provir do nada, pois o nada não tem causa, assim, o nada não tem condições de criar uma substância infinita, um Ser perfeito. Eis a primeira prova cartesiana da existência de Deus:

Por sua vez, aquela (ideia) pela qual entendo um certo Deus supremo, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente, *criador de todas as coisas que estão fora dele*, seguramente tem em si mais realidade objetiva do que as ideias pelas quais se mostram as substâncias finitas (Descartes, 2004, p. 81).

Se o filósofo é uma coisa que pensa, finita e imperfeita, como poderia ter ideia de uma substância infinita e perfeita? Para resolver esse problema, existe apenas uma solução. Para Descartes, é Deus quem coloca essa ideia na razão humana. Significa compreender que o *cogito* não é capaz de imprimir em si mesmo a ideia de um Deus, isto é, somente Deus é capaz de criar a ideia de si mesmo no ser humano.

E assim, a ideia de Deus permanece a única em que se deve considerar se há algo que não poderia provir de mim. Entendo pelo nome de Deus certa substância infinita, independente, eterno, imutável, sumamente inteligente e sumamente poderosa e pela qual eu mesmo fui criado e tudo o mais existente, se existe alguma outra coisa. Todas essas coisas são tais que, quanto mais cuidadosamente lhes presto atenção, tanto menos parece que elas possam provir somente de mim. Por isso, do que foi dito deve-se concluir que Deus existe necessariamente (Descartes, 2004, p. 91).

Conforme acentua Marcos Batista (2015, p. 37) “[...] o *cogito* não pode ter a ideia de substância infinita por si mesmo em virtude de um descompasso ontológico entre infinito e o finito, sendo assim, torna-se impossível que o intelecto finito, possa compreender Deus, infinito”. Nesta circunstância, Descartes esclarece a diferença entre substância finita e substância infinita, sendo a substância infinita a causa da ideia de infinito no sujeito, e sendo o ser humano substância finita, este possui a ideia de infinito imprimido por Deus na contingência de seu espírito.

A ideia de uma substância finita representa um ente que não tem necessidade de Deus para subsistir e tem, portanto, mais realidade objetiva que às ideias que representam os acidentes, as quais, ao contrário precisam da substância para subsistir, em contrapartida, a ideia da substância infinita é a ideia de um ente que precisa apenas de si mesmo para subsistir e tem, portanto, mais realidade objetiva que a ideia que representa uma substância finita, porque esta precisa apenas de si mesmo para subsistir (Scribano, 2007, p. 86).

A segunda prova da existência de Deus engloba o princípio da causalidade, como um princípio fundamental, assim, de acordo com Scribano (2007, p. 93), “[...] Descartes se baseia em um raciocínio totalmente inédito, na necessidade de encontrar a causa no conteúdo das ideias”. Deus não é considerado somente o autor de sua ideia que está presente no *cogito*, mas como criador do *cogito*. Não é o *eu* a causa de si próprio, pois é imperfeito e subsiste por meio da substância perfeita.

A causalidade emerge com o fato de que Deus existe e imprime no ser humano pensante sua ideia, entretanto, visto que, este não pode conceber uma ideia infinita por si mesmo, a causalidade aplica-se notadamente ao conteúdo representativo de toda ideia que provém de alguma causa. Significa dizer, que a causa da ideia de Deus no entendimento do ser humano é Deus, e não provém do *cogito*. Assim, seguindo as *Meditações*, o filósofo questiona sobre a possibilidade de existir sem Deus, logo, de onde poderia emergir o eu se não há um Deus?

Por isso, gostaria de investigar em seguida se eu, que tenho essa ideia, eu poderia ser, se um tal ente não existisse? Com efeito, de onde tenho o ser? Por certo de mim mesmo ou de meus pais ou de outras coisas, quaisquer que sejam em mim, menos perfeitas do que Deus, pois não se pode pensar ou imaginar algo mais perfeito e nem mesmo de uma perfeição igual (Descartes, 2004, p. 97).

É evidente que Descartes apresenta nesse argumento a possibilidade de existir um eu sem causa alguma, hipótese que se torna inválida devido ao eu se conservar por uma causa, a cada instante no tempo. O filósofo se preocupa com a causa da sua existência, no sentido de que seria impossível, enquanto substância finita emergir do nada e ser causa de si. Caso o eu fosse o autor de si mesmo e de todas as coisas, teria o conhecimento de tudo o que possa existir, entretanto, Descartes compreende que muitos conhecimentos estão desprovidos de seu próprio entendimento. Disso decorre, definitivamente, que o ser humano não é autor de sua própria existência, mas enquanto criado, é lançado e conservado na existência.

Sobre isto, o comentador Ferdinand Alquié (1987, p. 41) afirma que “[...] na doutrina da criação, o ente enquanto criatura é conservado, e se é continuamente conservado, é porque ele é criado por Deus, por algo que subsiste por si mesmo”. Assim, de acordo com Alquié (1987), Descartes fortalece o argumento com base na Teoria da Criação Contínua dos escolásticos. De todo modo, cumpre ressaltar que essas articulações no decorrer das *Meditações* (2004) são importantes, pois Descartes se preocupa com a clareza dos argumentos. A possibilidade de um Deus Enganador ou de um Génio Maligno poderia colocar suas provas da existência de Deus em cheque, doravante, essas duas questões — uma divindade que possa obscurecer o entendimento humano, são resolvidas em sua teoria através do concatenamento lógico do raciocínio, ou seja, com a clareza da argumentação lógica.

Dessa forma, caminhando para o final das *Meditações*, Descartes (2004, p. 103) acrescenta o seguinte, “Mas deve-se concluir completamente que só pelo fato de que existo e de que há em mim certa ideia de um ente perfeitíssimo, isto é, de Deus, fica demonstrada, de maneira evidentíssima, que Deus também existe”. Portanto, demonstrou-se que Deus existe e que estas provas *a posteriori* da veracidade divina são necessárias para libertar a mente da dúvida sobre a verdade do *cogito*. Por conseguinte, diante das devidas considerações, torna-se possível aprofundar o estudo sobre a ideia de Deus, para assim, compreender o argumento ontológico cartesiano.

2.2 A ideia de Deus

Nas provas *a posteriori*, centro para compreender a ideia de Deus, não se pergunta sobre a origem dessa categoria divina, devido a ideia de Deus não ser contraditória mas sim, claramente compreensível. Observa-se somente, um leve aceno para a conclusão de que a ideia de Deus é inata. A divisão das ideias começa logo no início da *Terceira Meditação*. Descartes (2004, p. 69) afirma que “[...] o modo como a ideia, que está em nós, de um ente sumamente perfeito, tem tanta realidade objetiva, que ela só pode ser por uma causa sumamente perfeita”.

A ideia de Deus abarca características metafísicas distintas de outras ideias e torna possível compreender a existência de ideias representativas — ideias que possuem qualidade de corresponder a uma existência possível ou real fora da mente. Descartes, em seu entendimento, compreende as ideias que partem da matéria — ideias produzidas pelo ser humano, e ideias que vêm de fora deste, ou seja, que não fazem parte natural de algo material ou extenso, bem como, não fazem parte da natureza pensante.

A ideia inata só pode ser originada fora do ser humano, pois o filósofo afirma que “[...] nada mais resta dizer senão que, como a ideia de mim mesmo, ela nasceu e foi produzida comigo no momento em que fui criado” (Descartes, 2004, p. 99). O fato do ser humano ser produzido e criado pressupõe que todo ser é adventício, secundário e parte de algo estranho a si. Assim, essa noção leva a conjectura de criação externa ao ser humano — ou seja, é manifestada fora de seu espírito.

A origem da ideia de Deus é obtida por exclusão das outras origens possíveis. A ideia de Deus não pode ser adventícia porque, ao contrário do que ocorre no caso das ideias adventícias, que se apresentam involuntariamente à mente, a ideia de Deus exigiu uma escolha voluntária de atenção; a ideia de Deus não pode ser factícia, a partir do momento em que o conteúdo dessa ideia se impõe à mente sem que seja possível manipulá-lo ou modificá-lo, como ocorre no caso das ideias factícias, que são obra do arbítrio do ser humano (Scribano, 2007, p. 104).

Concomitante, o fato da ideia de Deus ser uma ideia inata corrobora com o ser humano, pois por ser considerada inata, é da própria natureza deste ser trazer a marca do criador. À vista disto, Descartes (2004) não considera que o eu *tem* ou *possui* a ideia de Deus, mas que o eu *é* a ideia de Deus. A partir desse argumento, percebe-se a sintonia entre o ser humano e Deus.

De acordo com o filósofo, “Não é seguramente surpreendente que, ao me criar, Deus me tenha imposto essa ideia, como se fosse a marca do artífice impressa em sua obra. E não é preciso que a marca seja algo diverso da própria obra” (Descartes, 2004, p. 103). Assim, a ideia de Deus está contida no ser humano, desta maneira, Descartes (2004) compreende que, como substância pensante, é ela mesma a ideia de Deus, enquanto concebe a ideia de Deus no pensamento. Quando o sujeito faz uma reflexão sobre si, não conhece somente a si mesmo, mas conhece ao mesmo tempo aquele do qual depende, que é Deus.

A ideia de Deus é seminal para compreender a tese de que o eu traz a imagem de Deus, e não somente a tese da relação entre Deus e as criaturas, que manifestam a semelhança com o criador que segundo Alquié (1980, p. 78) é “extremamente difundida” na filosofia cartesiana. Gueroult (2016, p. 186) enfatiza

que a ideia de Deus, “[...] será em virtude do seu conteúdo representativo, o que permite produzir juízos sobre como o ser humano é carregado pela imagem e semelhança do divino”.

Na *Terceira Meditação*, compreende-se um aspecto já bastante conhecido, a finitude só pode ser conhecida em comparação com a infinitude, por analogia. Assim, se o ser humano compreende o finito é porque arquiteta esta ideia na mente às custas da ideia do infinito. O critério de clareza e distinção implica este mesmo movimento, isto é, a possibilidade de um conhecimento absolutamente perfeito. Doravante, Descartes afirma, “[...] pela mesma faculdade pela qual concebo a mim mesmo, conheço também aquele de quem dependo, que possui todas as grandes coisas a que aspiro, e cujas ideias encontro em mim” (Descartes, 2004, p. 105).

Assim, segundo Scribano (2007, p. 105), trata-se de “[...] entender o finito graças ao conhecimento do infinito inscrito na mente finita, e não de identificar na natureza humana um vestígio da origem divina”. É perceptível que Descartes está de acordo com a tese de Tomás de Aquino, segundo a qual “[...] não é possível que a substância criada conheça a substância divina pela sua própria natureza [...] é impossível que por meio da criatura seja conhecida a essência divina” (Tomás de Aquino, 2007, p. 346). Significa dizer, que há uma ordem inteligível, pela qual se conhece uma coisa segundo a sua substância.

Destarte, a ideia de Deus assume a referencialidade do *cogito*, isto é, nasceu e é produzida no ser humano. Deste modo, Descartes demanda a ideia do infinito em conjunto com a necessidade de conhecimento claro e distinto da natureza finita, justamente, porque “[...] a ideia de Deus não é uma ficção do pensamento, mas a imagem de uma natureza verdadeira e imutável” (Descartes, 2004, p. 143). À vista disso, se compreende que a ideia de Deus não implica uma relação direta com a substância divina. A ideia de Deus é uma instância arbitrariamente instanciada no intelecto humano e exprime a imagem do conhecimento verdadeiro. Portanto, é compreensível a importância que a ideia de Deus possui no corpo cartesiano, pois está inscrita na natureza de todo ser humano.

2.3 O argumento ontológico cartesiano *a priori*

Esta prova é a mais importante de todas, e se encontra de forma diversa das provas anteriores, pois Descartes investiga esta prova *a priori*, a partir da essência do Ser perfeito. A conclusão da existência de Deus não se segue da conclusão da existência do eu ou da ideia de Deus, como nas provas anteriores. Nesta demonstração, Descartes procura examinar a essência de Deus, bem como a essência do ser finito. Todavia, se pode questionar, o que é importante nessa prova? Para responder a isso, Descartes compreende o quão importante é o conhecimento do Ser Perfeito para o critério de verdade, clareza e distinção, pois sendo Deus verdadeiro por essência, não se pode negar sua causa. Assim, esse argumento tem a existência do Ser como perfeição. Nessa perspectiva, cumpre analisar o argumento ontológico, a partir da maneira esquemática proposta por Landim Filho (2000, p. 118), a prova de Deus cartesiana tem as seguintes etapas:

[1] Tenho uma ideia clara e distinta de um ente sumamente perfeito; [2] Tudo o que é claro e distinto é verdadeiro; [3] A ideia clara e distinta de um ente sumamente perfeito representa um ente possível, não contraditório. Em termos cartesianos, representa a essência real desse ente; [4] Um ente, cuja essência é a de ser sumamente perfeito, tem todas as perfeições, em razão da definição de ente sumamente perfeito; [5] A existência é uma perfeição; [6] Portanto, a essência de um ente sumamente perfeito contém como uma das suas propriedades a propriedade de existir; [7] Propriedades da essência de um ente são propriedades ou atributos do ente; [8] Segue-se que um ente sumamente perfeito existe.

A prova cartesiana admite como premissa a ideia clara e distinta de um ente sumamente perfeito que permite inferir a existência de Deus. Conforme o percurso realizado até o momento, o *cogito* é isento de qualquer dúvida possível, se realiza e se atualiza constantemente a partir da cognoscibilidade que lhe é

própria. Dessa certeza, o ser humano deve considerar seu interior, explorar o conteúdo de sua consciência, que, descendendo da exploração descobre pensamentos com realidade formal e objetiva, denominado como representação, ao conteúdo desse pensamento.

Percebe-se a preocupação com a enumeração e classificação dos pensamentos. A distinção dos pensamentos é significativa, pois permite Descartes continuar a investigação sem riscos de erros. A suposição do Gênio Maligno resulta em um ponto interessante, segundo Gueroult (2016, p. 187), “[...] é preciso, a princípio, descobrir os pensamentos que o Gênio Maligno não pode atacar no seu conteúdo próprio”. Deste modo, o *cogito* como base do conhecimento não pode ser atacado, pois sua natureza possui conteúdo próprio envolvido no ser finito.

A enumeração e classificação dos pensamentos promovem aberturas para a filosofia cartesiana, os pensamentos que envolvem erros são excluídos e os pensamentos que envolvem conteúdos representativos condicionam o interesse à investigação. Ora, se Descartes não tivesse resolvido a hipótese do Deus Enganador, não seria possível utilizar a premissa de clareza e distinção, visto que Deus, como enganador, poderia estar manipulando os pensamentos e seus conteúdos representacionais para fazer o ser humano se auto enganar. Cumpre ressaltar que esse movimento, coloca para fora da investigação os apetites, desejos e vontades, tudo aquilo que não configura alguma forma de realidade, isto é, de representação na mente humana.

Nesta perspectiva, a *Quinta Meditação*, intitulada *Sobre a Essência das Coisas Materiais e, de novo, Sobre Deus: que Ele Existe*, é análoga a uma demonstração matemática. Segundo Gueroult (2016, p. 386) “[...] visto que é essencialmente análogo às matemáticas, a refutação da hipótese do Gênio Maligno e a substituição dessa hipótese pela tese da veracidade divina coloca um fim na dúvida que atingiu as ideias matemáticas. Torna-se assim, fundamental que o argumento ontológico seja apresentado após assolar todas as dúvidas, não somente às que atingiram as ideias matemáticas, mas também as dúvidas que atingiram as ideias sensíveis. À vista disto, o filósofo está livre para tratar da existência de Deus utilizando as matemáticas.

Creio que seja o mais considerável aqui que encontre em mim inúmeras ideias de coisas que, mesmo se não existirem em parte alguma fora de mim, não se pode dizer, porém, que não sejam nada. Embora elas sejam pensadas por mim, de certo modo, segundo meu arbítrio, não são, contudo uma ficção minha, pois têm *suas naturezas verdadeiras e imutáveis*. Por exemplo, quando imagino um triângulo, mesmo que tal figura não exista talvez e nunca tenha existido em parte alguma do mundo fora de meu pensamento, é seguro que há uma sua natureza, essência ou forma determinada, imutável e eterna, que não foi inventada por mim e nem depende de minha mente. [...] Estou lembrado de que sempre, ainda no tempo em que me achava muito apegado aos objetos dos sentidos, sempre considerei as verdades mais certas de todas as que conhecia evidentemente sobre as figuras, os números e outras coisas pertencentes à *Aritmética ou à Geometria ou, em geral, à Matemática pura e abstrata*. Ora, em verdade, se só porque posso extrair de meu pensamento a ideia de alguma coisa segue-se que todas as coisas que percebo pertencem clara e distintamente a essa coisa de veras lhe pertencem, não se pode acaso tirar daí um argumento que também prove a existência de Deus? (Descartes, 2004, p. 137).

Nota-se a importância da matemática e como Descartes conduz o pensamento para a *mathesis universalis*, tratada na obra *Regras para a Direção do Espírito*, de acordo com Mariconda “[...] a matemática é entendida como uma ciência de nível superior, que examina ordem e medida independente dos objetos aos quais possam ser aplicadas” (Descartes, 2018, p. 11).

É justamente essa caracterização da matemática que fornece a possibilidade de um novo argumento ontológico. Nas *Regras*, Descartes (2010, p. 410) afirma “[...] aqueles que procuram o reto caminho da verdade não se devem ocupar de qualquer objeto do qual não possam ter uma certeza igual àquela das demonstrações da Aritmética e Geometria”. Ora, a procura da verdade passa pelo labirinto das matemá-

ticas, pois o filósofo está certamente seguro do conhecimento que decorre das matemáticas para compreender o absoluto. “Tudo que contém em si a natureza pura e simples daquilo que se trata, doravante, essa clareza e facilidade suprema se deve encontrar, somente, na verdadeira matemática” (Descartes, 2010, p. 419). Deste modo, a matemática permite formar sua argumentação para tratar da existência de Deus.

Esta prova ontológica, “[...] apoia-se sobre a essência, está sob jurisdição da razão que fundamenta a verdade que se prende ao conhecimento das essências” (Gueroult, 2016, p. 391), por tal pressuposto, considera-se a essência de Deus como uma espécie de valor objetivo assegurado para precisar o que se tem de diferente entre substância finita e substância infinita, a finitude engloba a existência possível, por outro lado, a infinitude engloba a existência necessária. Ora, haja visto, de acordo com a proposta de Landim Filho (2000), que não se pode pensar em Deus sem existência, pois a existência é uma perfeição, e perfeição envolve existência visto que Deus é sumamente perfeito. Sem dúvida, conceber Deus sem existência seria a mesma coisa que conceber um triângulo equilátero sem a grandeza de seus ângulos derivado dos três lados iguais correspondentes.

Descartes compreende que na essência de Deus inclui sua existência. Percebe-se a aproximação das verdades matemáticas para expressar o caráter eterno e reiterar a existência de Deus. O comentador Paolo Gozza (1995, p. 246) sustenta que desde a primeira obra de Descartes, intitulada *Compendium Musicae*, se percebe o “[...] processo da matematização no pensamento de Descartes, a experimentação de matematizar o conhecimento para compreender a relação entre o número e Deus”, isto devido a matemática relacionar-se com o próprio conceito de ordem cósmica. Ora, seria possível uma ontologia do número em Descartes, visto que o número permite à filosofia cartesiana um panorama epistemológico, desde o início de seus escritos?

Doravante, é certo que existe em Descartes a ideia de um ente sumamente perfeito, a ideia de uma figura ou um número, assim, a natureza dessas ideias envolve a existência. O filósofo, segundo Miguel Spinelli (2013, p. 303) “[...] usa a palavra latina *exiŕtat*, tomando como afirmativo o existir atual como natural, pertencente à própria natureza das ideias”. Por conseguinte, “[...] a existência de Deus deveria estar em mim com pelo menos o mesmo grau de certeza com que estiveram até agora as verdades matemáticas relativas apenas a números e figuras” (Descartes, 2004, p. 139).

À vista disto, percebe-se o caráter analógico feito por Descartes, pois é necessário que todas as perfeições sejam atribuídas a Deus, assim se reconhece que “[...] a existência de Deus não pode ser separada de sua essência, tanto quando não pode ser separada do triângulo a grandezas de seus ângulos ou a ideia de um monte ao qual falta um vale” (Descartes, 2004, p. 140). Com base nisto, conclui-se o argumento afirmando a impossibilidade de pensar em um Deus inexistente.

Não que meu pensamento tenha tal efeito ou imponha alguma necessidade a coisa alguma, mas, ao contrário, é a necessidade da própria coisa, isto é, a existência de Deus que determina meu pensamento: tenho a liberdade de imaginar um cavalo com asas ou sem asas, não a de pensar um Deus sem existência, isto é, um ente sumamente perfeito sem a suprema perfeição (Descartes, 2004, p. 141).

Cabe notar, então, o argumento em consonância com o esquema de Landim Filho (2000), de que a essência de um ente sumamente perfeito contém como uma das suas propriedades a propriedade de existir. Fica evidentemente claro, que essência e existência em Deus são indissociáveis, entretanto, em relação ao triângulo, a existência ou não do triângulo é dissociável de sua essência, o mesmo ocorre para o monte e o vale, pois a existência não faz parte da essência das coisas finitas e contingentes do mundo sensível. Portanto, “[...] essa necessidade é inteiramente suficiente para que, ao notar em seguida que a existência é uma perfeição, chegue à reta conclusão de que o ente primeiro e supremo existe” (Descartes, 2004, p. 140).

3 METODOLOGIA

O artigo na área de Filosofia se realiza dentro de uma metodologia científica de cunho bibliográfico-exploratório que consiste, segundo Cervo e Bervian (2007, p. 35) em “[...] explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, tais como, livros, periódicos, artigos científicos, dissertações e teses”. Pretende-se por meio dessa metodologia apresentar o embasamento teórico necessário ao assunto tratado neste estudo.

4 CONCLUSÃO

Para o filósofo, compreender Deus como a primeira verdade, fundamento de todas as coisas é obrigatório, pois se não houvesse Deus como a primeira verdade, todas as outras verdades estabelecidas independentemente pelo raciocínio estariam ameaçadas. Com base nos argumentos cartesianos, compreende-se Deus como a razão fundadora do entendimento revelando seus próprios limites. O argumento ontológico, a prova mais importante de todas as provas, revela a Descartes a maneira pela qual Deus existe, como ser perfeito e existente, não poderia não existir, a necessidade de existência é de modo aplicada à Deus. Esta discussão é relevante porque demarca a diferenciação epistemológica entre Deus e ser humano. Este movimento levou Descartes a estudar os diversos campos das ciências e ao mover seu espírito em direção à verdade, refletiu na inspeção de si mesmo, do conhecimento, do mundo e de Deus, isto é, do transcendental. Neste lugar, não houve pretensões conclusivas com respostas fechadas, mas sim, visou-se por um pensar responsável e amplo em direção de novas aberturas e investigações.

REFERÊNCIAS

ALQUIÉ, Ferdinand. **Descartes**. 2 ed. Portugal: Editorial Presença, 1980.

ALQUIÉ, Ferdinand. **Galileu, Descartes e o mecanismo**. 2 ed. Lisboa: Edições Gradiva, 1987.

AQUINO, Tomás de. **Suma Contra os Gentios**. São Paulo: Editora Ecclesiae, 2017.

BATISTA, Marcos Valério. **Articulação Cartesiana entre a Existência de Deus e a Realidade Física do Mundo**. 2015. 123 p. Dissertação [Mestrado em Filosofia], Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1643>. Acesso em: 31 mar. 2023.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DESCARTES, René. **Descartes: obras escolhidas**. Tradução Jacó Guinsburg, Bento Prado Júnior, Newton Cunha e Gita Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DESCARTES, René. **Discurso do Método & Ensaios**. Tradução de César Augusto Battisti, Érico Andrade, Guilherme Neto, Marisa Donatelli, Pablo Rubén Mariconda, Paulo Tadeu da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DESCARTES, René. **Meditação sobre Filosofia Primeira**. Tradução de Fausto Castilho. ed. Bilíngue em Latim e Português. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

GOZZA, Paolo. Una Matematica Rinascimentale: La musica di Descartes. **Saggiatore Musicale**. Bologna, v. 2, n. 2, p. 237-257, 1995. Disponível em: https://www.saggiatoremusicale.it/wp-content/uploads/2021/05/Gozza_Saggiatore_2_1995-2.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

GUEROULT, Martial. **Descartes segundo a Ordem das Razões**. Trad. Érico Andrade. Rio de Janeiro: Discurso Editorial, 2016.

LANDIM FILHO, Raul. Argumento ontológico. A prova a priori da existência de Deus na filosofia primeira de Descartes. **Discurso**, n. 31, p. 115-156, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38036>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SCRIBANO, Emanuela. **Guia para leitura das Meditações Metafísicas de Descartes**. Tradução de Silvana Cobuci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SPINELLI, Miguel. **Bacon, Galileu e Descartes: o renascimento da filosofia grega**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.